

IDEOLOGIA, TERROR E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL:

CONTRIBUIÇÕES DE HANNAH ARENDT PARA A COMPREENSÃO DO PROCESSO HISTÓRICO

Ideology, terror and the Second World War: contributions of Hannah Arendt to understand the historical process

Denilson de Cássio Silva¹

Resumo: O presente artigo aborda a relação entre a análise do totalitarismo e o conhecimento histórico sobre a Segunda Guerra Mundial, encetados por Hannah Arendt. Tem-se o objetivo de discutir possíveis contribuições do pensamento de Arendt para a compreensão da história. Para tanto, tomou-se como fonte precípua de estudo o capítulo “Ideologia e terror: uma nova forma de governo”, da obra “Origens do totalitarismo: Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo”. Primeiramente, são explanados os conceitos de ideologia e terror e sua pertinência para o estudo da Segunda Guerra Mundial. Na sequência, discorre-se sobre a ideia de “compreensão” da história e sua validade em termos teórico-metodológicos. Conclui-se que o pensamento de Arendt constitui um marco para se entender a história do totalitarismo e da Segunda Guerra Mundial, bem como do mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Hannah Arendt; Ideologia; Terror; Segunda Guerra Mundial.

Abstract: this article mains to analysis the relationship between totalitarianism and historical knowledge about the Second World War, by Hannah Arendt. It has the purpose of discussing possible contributions of Arendt thought to understand the history. Therefore, it was taken as main source, the chapter "Ideology and Terror: a new government shape," for the book "The totalitarianism Origins: Anti-Semitism, imperialism, totalitarianism." First of all, the concepts of ideology and terror and its effectiveness for the study of World War II are explained. Following, it talks about the idea of "understanding" of the history and its validity in theoretical and methodological terms. We conclude that the Arendt thought is a milestone for understanding the history of totalitarianism and the Second World War.

Keywords: Hannah Arendt; Ideology; Terror; Second World War.

Introdução

O ano de 1945 marcou o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da redação de “Origens do Totalitarismo”, de Hannah Arendt. Dados sobre a hecatombe imprimiam cadência ao assombro, ante uma mórbida estatística, que indicava cerca de 52 milhões de mortos, sendo 26 milhões de soviéticos, 6 milhões de poloneses, 6 milhões de alemães, 2,6

¹ Licenciado e Bacharelado em História pela Universidade Federal de São João del Rei. Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor e pesquisador efetivo do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Departamento de Geografia e História. Campus I - BH.

milhões de japoneses, 1,5 milhão de iugoslavos, 580 mil franceses, 365 mil britânicos, 340 mil estadunidenses, e muitos outros. Como se não bastasse tal balanço, constatava-se que, dentre as baixas, computavam-se, aproximadamente, 32 milhões de civis, desdobramento de um tipo de “guerra total”². Além disso, o cúmulo da “era da catástrofe”³ vinha à tona na comprovação da execução sumária e sistemática de vidas humanas, em campos de extermínio. Confrontadas com tal cenário, as pessoas buscavam respostas relativas às razões de tanta destruição e de atrocidades inimagináveis. Uma geração inteira estava, como nunca, às voltas com as indagações inescapáveis: “*O que havia acontecido? Por que havia acontecido? Como pôde ter acontecido?*”⁴. Mais do que a perplexidade em face da escala da destruição, importava vasculhar e compreender os dispositivos que orientaram os sujeitos a participarem, de algum modo, daqueles acontecimentos.

Hannah Arendt, enquanto agente histórico, viveu, pessoal e intelectualmente, os dilemas de seu tempo. Sua escrita não almeja uma pretensa imparcialidade de cunho cientificista-positivista, *sine ira et studio*. Pelo contrário: sua atividade racional-intelectual envolveu-se com as questões mais prementes de sua época e colocou-se em favor da liberdade humana⁵.

Nesse sentido, a obra “Origens do Totalitarismo” – publicado em 1951 - enfrentou, ainda no calor dos acontecimentos, o problema da deterioração da política e dos valores mais caros ao humanismo, vindo a se tornar uma referência basilar para a compreensão do mundo contemporâneo. O último capítulo, intitulado “Ideologia e terror: uma nova forma de governo”, surgiu de um artigo publicado em 1953 e foi incorporado à segunda edição do livro, de 1958, e constitui uma espécie de síntese da investigação. Por isso, aqui, tomamos esse capítulo como referência principal para a efetivação da análise, ora encetada, sem perder de vista outras obras da autora. Cabe assinalar que não pretendemos realizar uma discussão exaustiva sobre as possíveis relações entre o pensamento de Hannah Arendt e a compreensão do processo histórico e, sim, uma apreciação, que se preste a fomentar as reflexões afins.

² QUÉTEL, 2012, p.105-106.

³ HOSBAWM, 1995.

⁴ ARENDT, *Origens do totalitarismo*, p.415. Grifos originais.

⁵ CORRÊA, 2006; JARDIM, 2011.

Primeiramente, serão explanados os conceitos de ideologia e terror e sua densidade na explicação histórica. Na sequência, emergem as ideias de “compreensão” e de “começo”, entendidas como elementos relevantes para o saber histórico e historiográfico.

Ideologia e terror como explicação histórica

As contribuições do pensamento de Hannah Arendt extrapolam o âmbito da Filosofia e da Ciência Política e abarcam a História. Os conceitos de ideologia e de terror, empregados na análise do totalitarismo, permitem compreender o processo histórico da Segunda Guerra Mundial, indo ao encontro das propostas de algumas das principais inovações teórico-metodológicas da historiografia contemporânea⁶. Ao se deter nos fundamentos de tal conflito, Arendt problematizou o totalitarismo, identificando-o com a Alemanha nazista e a URSS stalinista⁷, indicando seu ineditismo e sua estrutura bicéfala, composta pela ideologia e pelo terror. Ao superar a simples narrativa factual e enfrentar, empírica e conceitualmente, o fenômeno em questão, a autora adensou a compreensão do processo histórico.

Cabe, então, indagar: O que Hannah Arendt considerava como “ideologia” e “terror”? Como a autora avaliava a proposta de “compreender” a história?

Arendt salientou o aspecto multifacetado do totalitarismo, cuja ação valia-se de um partido único de massa, da ação de polícias secretas, do monopólio e da manipulação dos meios de comunicação e dos instrumentos de luta armada, do forjamento de inimigos reais ou fictícios, da deterioração do espaço público, da vigilância sobre todas as dimensões da vida e da explicação total do curso da história ou da natureza. No entanto, esse diagnóstico seria insuficiente para explicar um fenômeno, até então, inconcebível na consciência filosófica, jurídica e política ocidental. Tornava-se necessário estudar o cerne do totalitarismo, não apenas seu *modus operandi*, como também seu *ethos* ou seu

⁶ Dentre as principais inovações historiográficas do século XX, destacam-se as propostas da Escola dos *Annales*, de origem francesa, voltadas para a história-problema, a história-global e a interdisciplinaridade. Nas palavras de um de seus fundadores, Lucien Febvre, “[...] Historiadores, sejam geógrafos. Sejam juristas, também, e sociólogos, e psicólogos” e, poderíamos acrescentar, filósofos. De modo análogo, outra figura de proa de tal movimento, Fernand Braudel, quis “provar que a história pode fazer mais do que estudar jardins murados”. Ver: BURKE, 2010, p.12.

⁷ As discussões sobre a extensão do conceito de totalitarismo multiplicaram-se no contexto da Guerra Fria, quando determinadas interpretações, mais conservadoras, tenderam a identificar o fenômeno totalitário com quaisquer experiências políticas de cunho socialista-comunista. Hannah Arendt, nesse sentido, posicionou-se de forma criteriosa, delimitando o fenômeno do totalitarismo ao nazismo e ao stalinismo. Ver: STOPPINO, 1998.

repúdio a quaisquer referências ético-morais conhecidas, destoantes em relação à própria “lógica” totalitária.

Admitindo que “tempos sombrios”, caracterizados por crimes e tragédias, existiram ao longo de toda história⁸, Arendt observa que ideias-chave da dominação totalitária, como o racismo e a uniformização das diversidades, “nunca antes havia servido de base para uma estrutura política”, ou seja, “nunca antes permeou e dirigiu o tratamento das coisas públicas”⁹. A novidade, daí advinda, está no fato de que:

A política totalitária não substitui um conjunto de leis por outro, não estabelece o seu próprio *consensus iuris*, não cria, através de uma revolução, uma nova forma de legalidade. O seu desafio a todas as leis positivas, inclusive às que ela mesma formula, implica a crença de que pode dispensar qualquer *consensus iuris* e ainda assim não resvalar para o estado tirânico da ilegalidade, da arbitrariedade e do medo¹⁰.

Tal concepção engendrava a promessa de libertar o ser humano de todo desejo ou autonomia, submetendo-o a um movimento maior da natureza e da história, visto como inevitável e passível de aceleração. Portanto, erigindo-se ao arrepio das noções de legalidade e de legitimidade¹¹, o totalitarismo diferia-se da tirania, contando com o terror para a efetivação de uma força sobre-humana, além e aquém do sujeito. O terror, assim, atém-se à execução da lei de um movimento “cujo fim ulterior não é o bem-estar dos homens nem o interesse de um homem, mas a fabricação da humanidade”, mediante a eliminação dos indivíduos “pelo bem da espécie”, sacrificando “as ‘partes’ em benefício do ‘todo’”¹². Nesse enleio, o terror total aniquila os possíveis espaços de comunicação, de espontaneidade e de liberdade, subtraindo a diferenciação entre as esferas pública e privada. Visava-se dizimar raças ou indivíduos, supostamente, “indignos de viver”, contribuindo com a marcha inexorável da natureza e da história¹³.

Se o terror executava uma lei acima das aspirações humanas, quais seriam os princípios orientadores de tal comportamento?

A ideologia totalitária, entendida por Arendt como a “lógica de uma ideia”, aplicada à história, implicava não no fortalecimento de convicções e, sim, na destruição

⁸ ARENDT, *Homens em tempos sombrios*, p.9.

⁹ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p.612.

¹⁰ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p.615.

¹¹ Sobre a construção dos diferentes tipos de legitimidade, consenso e consentimento, atinentes ao fascismo, ao nazismo e ao stalinismo, ver: ROLLEMBERG & QUADRAT, 2010.

¹² ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p.618.

¹³ Também nesse aspecto, o totalitarismo distinguia-se do fascismo. Ver: KONDER, 2009.

da capacidade de adquiri-las. Desconsideravam-se noções como virtude, honra ou medo. Dispensava-se a qualidade humana de pensar e agir, de maneira livre. A escolha de vítimas e de carrascos independia da ação individual, pois responderia, basicamente, à obediência a premissas, que apontavam para o movimento da natureza e da história. Por esse viés, explicava-se o passado, o presente e o futuro e afastava-se o pensamento da realidade, levando a cabo uma doutrinação que impunha plena coerência ao mundo. Era fixada, dessa forma, a ideia de certeza e de segurança, fechando os canais de atividade do pensamento. Arendt avalia que

As ideologias pressupõem sempre que uma ideia é suficiente para explicar tudo no desenvolvimento da premissa, e que nenhuma experiência ensina coisa alguma porque tudo está compreendido nesse coerente processo de dedução lógica. O perigo de trocar a necessária insegurança do pensamento filosófico pela explicação total da ideologia e por sua *Weltanschauung* não é tanto o risco de ser iludido por alguma suposição geralmente vulgar e sempre destituída de crítica quanto o de trocar a liberdade inerente da capacidade humana de pensar pela camisa de força da lógica, que pode subjugar o homem quase tão violentamente quanto uma força externa¹⁴.

Em um tempo no qual havia uma “grande angústia”¹⁵, permeada por pessimismo, queixas e ressentimentos, no enalço das consequências da Grande Guerra (1914-1918), a força auto coercitiva da lógica “é mobilizada para que ninguém jamais comece a pensar”¹⁶, substituindo esse atributo por uma dedução compulsória, abrindo mão, por corolário, do diálogo e dos intercursos sociais. Para além das lideranças, os efeitos do terror e da ideologia atingiam pessoas comuns, sem nada de excepcional, despidas de convicções e dispostas a cumprir ordens, dadas à recusa a qualquer tipo de envolvimento emocional ou racional com o feitiço do trabalho efetivado. No entender de Arendt, inspirada pela ideia de “mal radical”, de Kant, tal perfil encarna o fenômeno da “banalidade do mal” (ARENDR, *Eichmann em Jerusalém*), o qual seria inerente à expansão totalitária.

Em sociedades salientadas pelas repercussões da Revolução Industrial, com indivíduos, muitas vezes, desarraigados, anônimos e vulneráveis à massificação, a ideologia totalitária explorou, outrossim, o isolamento e a solidão, avançando, respectivamente, na amputação da participação política¹⁷ e no cerceamento experiência de

¹⁴ ARENDR, *Origens do Totalitarismo*, p.626.

¹⁵ FEST, 2005, p. 104.

¹⁶ ARENDR, *Origens do Totalitarismo*, p.631.

¹⁷ Segundo Arendt, os governos totalitários não primavam pelo excesso de política e, sim, pela eliminação dessa dimensão. Tal análise inverte as perspectivas que postulam a interferência de questões coletivas estatais

pertencimento ao mundo. O *homo faber*, com sua capacidade criativa, vê-se reduzido a *animal laborans*, atado à necessidade de assegurar a subsistência.

Posteriormente, Arendt aprofundou tais considerações e demonstrou como o governo totalitário intentava despersonalizar a pessoa humana, privando-a, por um lado, de liberdade e de alimentação, e, por outro, de identidade e de autoestima. Reproduzindo o relato de um sobrevivente do campo de extermínio de Buchenwald, Arendt respalda sua tese:

O triunfo da SS exige que a vítima torturada permita ser levada à ratoeira sem protestar, que ela renuncie e se abandone a ponto de deixar de afirmar sua identidade. [...] Eles sabem que o sistema que consegue destruir suas vítimas antes que elas subam ao cadafalso... é incomparavelmente melhor do que manter todo um povo em escravidão¹⁸.

Percebe-se como uma análise histórica, acerca da Segunda Guerra Mundial, que omita tais considerações, pode se mostrar frágil ou, pelo menos, incompleta. Não obstante Arendt tenha se detido sobre a investigação do totalitarismo e, não, da guerra, em si, parece clara a interação entre esses fenômenos, de tal modo que seria inviável uma pesquisa sobre o aludido conflito desconsiderando-se o nazismo e o stalinismo e, ao mesmo tempo, um estudo sobre os governos totalitários, direta ou indiretamente, implicaria na avaliação dos rumos e dos resultados daquele. Desse modo, ao abordar o totalitarismo, a autora prestou-se a discorrer também sobre o antissemitismo e o imperialismo, retomando o devir das décadas precedentes ao problema principal considerado.

Com tino histórico, Arendt assinalou que, em “contraste com a Alemanha, onde Hitler usou a guerra conscientemente para desenvolver e aperfeiçoar o governo totalitário, o período da guerra na Rússia foi uma época de suspensão temporária do domínio total”¹⁹. De fato, os maiores expurgos stalinistas ocorreram de 1929 a 1937, sendo interrompidos pela proximidade e pela eclosão da “Grande Guerra Patriótica”²⁰.

Constata-se, pois, quão significativa é a contribuição dos estudos de Arendt para a história da Segunda Guerra Mundial. Notoriamente, na obra “Origens do totalitarismo”,

no âmbito privado, revelando a confusão no estabelecimento de relações entre política e dominação. Para Arendt, a política tem a ver com o exercício da liberdade e, não, seu oposto. JARDIM, 2011.

¹⁸ Apud ARENDT, *Eichmann em Jerusalém*, p.22. A análise sobre o *homo faber* e o *animal laborans* foi retomada e aprofundada em ARENDT, 2014.

¹⁹ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p.417.

²⁰ REIS, 1997.

o levantamento, o manuseio e o diálogo com as fontes consultadas aproximaram-se do método crítico da pesquisa histórica²¹ e atestaram os benefícios epistemológicos em se enfrentar o desafio de compreender um fenômeno complexo, por meio de um arco investigativo, conceitual e procedimental, capaz de atender ao fôlego da empreitada.

Compreender e recomeçar

A compreensão da história, então, implicaria em aceitação ou conformismo?

Nas palavras da autora, presentes no prefácio à primeira edição e repetidas no prefácio de 1967,

Compreender não significa negar nos fatos o chocante, eliminar deles o inaudito, ou, ao explicar fenômenos, utilizar-se de analogias e generalidades que diminuam o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa, antes de mais nada, examinar e suportar conscientemente o fardo que o nosso século colocou sobre nós - sem negar sua existência nem vergar humildemente ao seu peso. Compreender significa, em suma, encarar a realidade sem preconceitos e com atenção, e resistir a ela - qualquer que seja²².

Tal colocação aproxima-se do pensamento de Marc Bloch, historiador francês, morto pelos nazistas, em 1944, que ponderara: “Compreender nada tem de uma atitude de passividade”²³. Epistemológica e politicamente, o sujeito cognoscente atua na produção do saber e no mundo e problematiza a possível ortodoxia positivista, afeita ao postulado de anulação do sujeito ante o objeto estudado. O esforço da compreensão é um ato de resistência, de oposição ao esquecimento, de desvelamento do terror e da ideologia, antes velados por elementos subterrâneos da história europeia, em *locus* de racismo e de antissemitismo, e, depois, impostos pelo domínio totalitário²⁴.

Hannah Arendt, nessa direção, não se limita a aferir e a criticar a absurdidade levada a cabo pelos governos totalitários nem a registrar a facticidade do vir a ser histórico. A autora reconhece que, a partir da concretização do totalitarismo e da Segunda Guerra Mundial, aquela nova forma de governo passou a integrar as páginas da história e, doravante, emerge como registro de uma potencialidade, “como risco sempre presente”²⁵, a exemplo de outras experiências, como monarquias, repúblicas e tiranias.

²¹ BLOCH, 2001.

²² ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p.12.

²³ BLOCH, 2001, p.128.

²⁴ JARDIM, 2011, p.26.

²⁵ ARENDT, *Origens do totalitarismo*, p.639.

Contudo, no último parágrafo da obra, pondera também que

[...] permanece a verdade de que todo fim na história constitui necessariamente um novo começo; esse começo é a promessa, a única "mensagem" que o fim pode produzir. O começo, antes de tornar-se evento histórico, é a suprema capacidade do homem; politicamente, equivale à liberdade do homem. *Initium ut esset homo creatus est* – "o homem foi criado para que houvesse um começo", disse Agostinho. Cada novo nascimento garante esse começo; ele é, na verdade, cada um de nós²⁶.

Aqui, a dor, a indignação e a crise da contemporaneidade, que perpassam “Origens do totalitarismo”, deixam um fio de esperança, que será desenvolvida doze anos mais tarde, em “Sobre a Revolução”. Se, por um lado, o processo histórico, agora, convive com o registro e o potencial da experiência totalitária, cujo terror e cuja ideologia aspiravam impedir um novo começo, por outro, esse começo integra a essência do ser humano e, portanto, existe e resiste, enquanto possibilidade e realidade, tornando problemáticas as tentativas de dominação total e abrindo caminhos para a libertação e a liberdade.

Não por acaso, pode-se afirmar que a frase agostiniana *Initium ut esset homo creatus est* (para que houvesse um início o homem foi criado), é “a citação mais recorrente em toda a obra de Hannah”²⁷. Assim, a compreensão, defendida, buscada e efetivada pela autora, constitui uma significativa contribuição para o saber histórico e historiográfico, revelando um pensamento voltado para as experiências humanas, ao longo do tempo, e para a problematização de aspectos prementes da realidade, em diálogo com diferentes pensadores e cientistas sociais²⁸. Pensamento “que parece se ‘cristalizar’ (a expressão é dela) em torno de eventos, como um recife de coral que se estende e se ramifica, um pensamento conduzindo a outro”, capaz de “iluminar incessantemente os assuntos contemporâneos”²⁹.

Considerações finais

Ao se completar 70 anos do fim da Segunda Guerra Mundial e do início da escrita de “Origens do Totalitarismo”, os desdobramentos da obra e do pensamento de Hannah Arendt continuam a apontar tanto para os problemas da história quanto para as questões relativas à construção do conhecimento.

²⁶ ARENDT, *Origens do totalitarismo*, p.639.

²⁷ CORREA, 2006, p.1.

²⁸ COURTINE-DENAMY, 2004.

²⁹ SCHELL, 2011, p.12-13.

No século XXI, em meio a um paradigma científico-racional, marcado pela superespecialização, em que se prega a interdisciplinaridade e se pratica a disciplinaridade³⁰, a posição erudita de Arendt chama a atenção e fornece subsídios, não para, meramente, se instrumentalizar conceitos filosóficos ou se encabeçar uma possível absorção de determinadas áreas do saber por outras, e, sim, para se buscar novos rumos teórico-metodológicos, capazes de fazer avançar a pesquisa e a presença da pessoa humana no mundo.

Simultaneamente, observa-se a ascensão da extrema direita europeia, que tem deixado de lado possíveis pudores, em manifestações, abertamente, antissemitas, islamofóbicas, homofóbicas e xenofóbicas³¹. Favorecida, de certa forma, pelos resultados sociais da crise financeira-econômica de 2008, mas advinda, sobretudo, do entranhado e envergonhado rescaldo da experiência histórica do totalitarismo, tal tendência atualiza o terror e a ideologia daquele e, ignorando as catástrofes do século passado, adere à falsa coerência da lógica da intolerância e do ódio.

Em um cenário como esse, a obra e o pensamento de Hannah Arendt continuam tão pertinentes e necessários quanto na época de seu surgimento, colaborando com a compreensão da história e a resistência da liberdade.

Referências:

ARENDDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*.

Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. Tradução Denise Bottmann. São

Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo:

Companhia das Letras, 2011.

³⁰ MORIN, 2012.

³¹ LÖWY, 2014.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução Roberto Raposo. 12 ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2001.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989: A revolução francesa da historiografia*. Tradução Nilo Odália. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CORREIA, A. “Hannah Arendt (1906-1975)”. In: *Revista Ética & Filosofia Política*. Juiz de Fora, volume 9, número 1, junho/2006, p.1-3.

COUTINE-DENAMY, Sylvie. *O cuidado com o mundo: Diálogo ente Hannah Arendt e alguns de seus contemporâneos*. Tradução Maria Juliana Gambogi Teixeira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. (Humanitas)

FEST, Joachim. *Hitler*. Tradução Eliseu Visconti Neto. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos - O breve século XX, 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JARDIM, Eduardo. *Hannah Arendt: pensadora da crise e de um novo início*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LÖWY, Michael. “Dez teses sobre a ascensão da extrema direita europeia”. Tradução Úrsula Passos. In: *Jornal Correio do Brasil*. Disponível em: <http://correiodobrasil.com.br/destaque-do-dia/lowy-dez-teses-sobre-a-ascensao-da-extrema-direita-europeia/710826/> Acesso em: 28 Ago. 2014.

MORIN, Edgar. *O método 3: conhecimento do conhecimento*. Tradução Juremir Machado da Silva. 4º ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2012.

KONDER, Leandro. *Introdução ao Fascismo*. Expressão Popular: São Paulo, 2009.

QUÉTEL, Claude. *História da II Guerra Mundial*. Lisboa: Ed. Texto & Grafia, 2012.

REIS, Daniel Aarão. *Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha V. (organizadoras). *A construção social dos regimes autoritários: Europa, volume I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SCHELL, Jonathan. “Apresentação”. In: *Sobre a Revolução*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

STOPPINO, Mario. “Totalitarismo”. In: MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco; BOBBIO, Norberto (Org.). *Dicionário de Política*. Tradução Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Din. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p.1247-1259.

Recebido em: 14/04/2015

Aceito em: 03/08/2015